



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Wolney Queiroz, Ministro da Previdência Social, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

O escândalo dos descontos associativos atingiu ao menos 2,3 milhões de segurados e movimentou R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2025. A série do Metrôpoles subsidiou a Operação Sem Desconto (PF/CGU), que levou ao afastamento do então presidente do INSS e à saída do ministro Carlos Lupi; na sequência, Wolney Queiroz assumiu a pasta. Esses marcos dimensionam a gravidade e justificam a oitiva do atual ministro para esclarecer decisões sob sua gestão e medidas corretivas adotadas[1].

Após a operação, houve suspensão dos descontos associativos e anúncio de plano de ressarcimento com a promessa de devolver os valores aos lesados até 31/12/2025. A CPMI deve ouvir o ministro sobre o desenho, a governança e a execução desse plano emergencial.

Em 11/07/2025, Wolney afirmou que “os alarmes foram desligados” no INSS em 2023–2024, indicando neutralização proposital de alertas internos que impediriam a chegada de sinais ao ministério. A declaração exige detalhamento



na comissão: quem, como e quando neutralizou controles, e quais barreiras o ministério reergueu desde então.

Outro ponto material é a reunião de 12/01/2023, no prédio do ministério, entre Wolney (à época indicado para a Secretaria-Executiva), o lobista “Careca do INSS” e três dirigentes depois investigados pela PF. O próprio ministro reconheceu o encontro e alegou que foi organizado pelo então consultor jurídico do órgão. A CPMI pode apurar finalidade, participantes, pauta e diligências subsequentes.

Quanto ao ressarcimento, o governo editou Medida Provisória que abriu crédito de R\$ 3,3 bilhões e iniciou pagamentos em 24/07/2025, após a abertura de adesões em 11/07/2025; o prazo para adesão vai até 14/11/2025. Compete ao ministro expor metas, ritmo de execução, transparência dos critérios e mecanismos de ação regressiva contra os responsáveis.

Há, ainda, o risco de migração de fraudes para o crédito consignado. O ministério informou apuração sobre consignados da Crefisa, enquanto o Metrôpoles registrou que o “Careca do INSS” abriu call center para atuar nesse mercado. A CPMI deve ouvir o ministro sobre escopo, achados e medidas preventivas para evitar novo ciclo de captura.

Diante desse conjunto — falha sistêmica de alertas, reunião prévia com operador e dirigentes investigados, centralização de nomeações e execução do ressarcimento com recursos públicos — a convocação do ministro Wolney Queiroz é necessária para delimitar responsabilidades, comprovar a robustez das correções e subsidiar aperfeiçoamentos legislativos e de controle que blindem a Previdência de novas fraudes.

Sendo assim, solicito aos nobres parlamentares a aprovação deste requerimento.



[1] <https://www.metropoles.com/materias-especiais/farra-inss-fraude-aposentados>

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2025.

Deputado Alfredo Gaspar
(UNIÃO - AL)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256151344500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alfredo Gaspar

